

ANEXO II

APRESENTAÇÃO DE PETIÇÃO DE RENÚNCIA A DIREITO EM AÇÃO JUDICIAL E DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE OUTRA AÇÃO JUDICIAL

_____, (razão social do devedor),
com inscrição no CNPJ nº _____, devidamente representada por
_____ (nome e qualificação do representante),
APRESENTA cópia de petição protocolizada de renúncia ao direito veiculado por meio da
ação (ou embargos à execução fiscal) de nº _____, que tramita perante o Juízo da
_____, e DECLARA, fins da Resolução da Agência Nacional
de Saúde Suplementar - ANS que dispõe sobre parcelamento de débitos tributários e não
tributários e sob as penas do art. 299 do Código Penal¹, sem prejuízo de aplicação de
sanção administrativa cabível, que não possui nenhuma outra ação judicial, inclusive
embargos à execução fiscal, questionando o débito para com a ANS objeto do
Requerimento de Parcelamento de Débito nº _____.

DECLARA, ainda, estar ciente de que a identificação, a qualquer tempo, de
outra ação judicial (ou embargos à execução) discutindo o débito acima referido implica em
rescisão do parcelamento concedido e remessa do débito para inscrição em Dívida Ativa ou
prosseguimento da execução, conforme o caso.

(localidade e data)

assinatura do representante)

¹ Art. 299 do Código Penal.: "Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público (...)"